



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**ANA GABRIELE DERENCIO  
GABRIELA GODMAN MACHADO ZULIM  
VICTORIA DO VALLE RAMOS  
JULIANA FERNANDES**

**O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM BIBLIOTECAS DE  
INSTITUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**SÃO CARLOS – SP  
2019**

Ana Gabriele Derencio  
Gabriela Godman Machado Zulim  
Victoria do Valle Ramos  
Juliana Fernandes

**O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM BIBLIOTECAS DE  
INSTITUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Relatório de pesquisa apresentado à disciplina “Processos Investigativos em Educação Especial II: Observações de Situações Planejadas”, ministrada pelo Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral e Pela Profa. Dra. Márcia Duarte Galvani.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral

SÃO CARLOS - SP

2019

**Resumo:** A acessibilidade é a garantia da pessoa com deficiência de viver autonomamente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social em todos os tipos de espaços públicos e privados. Sendo assim, esta pesquisa tem como tema central o contexto do acesso a bibliotecas públicas universitárias por pessoas com deficiência. O objetivo da pesquisa é identificar elementos limitantes e facilitadores na promoção da acessibilidade desses espaços. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa com procedimentos de estudo de caso descritivo, utilizando entrevistas semiestruturadas com pessoas com deficiência e com funcionários da biblioteca. Os resultados encontrados apontam para a existência, principalmente, de barreiras na comunicação e na informação, para a importância da sensibilização e dos aspectos arquitetônicos e para a necessidade de mudanças nos elementos já existentes para que a acessibilidade seja suficiente para o bem estar das pessoas com deficiência. Os objetivos foram cumpridos já que foi possível analisar os aspectos inerentes ao acesso à biblioteca pelas pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Acessibilidade. Biblioteca. Universidade. Cultura.

## SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Método	9
2.1 Tipo de pesquisa	9
2.2 Procedimentos éticos	9
2.3 Participantes	9
2.4 Instrumentos de coleta de dados	10
2.5 Materiais	10
2.6 Procedimento de coleta de dados	10
2.7 Tratamento dos dados	10
2.8 Procedimento de análise de dados	11
3. Resultados e discussões	12
3.1 Grupo A – Participantes com deficiência	12
3.1.1 Aspectos arquitetônicos	12
3.1.2 Aspectos urbanísticos	14
3.1.3 Aspectos comunicacionais e informacionais	15
3.1.4 Aspectos atitudinais	16
3.1.5 Aspectos tecnológicos	17
3.2 Grupo B – Funcionário da biblioteca	18
3.2.1 Aspectos físicos	18
3.2.2 Aspectos comunicacionais	19
3.2.3 Capacitação de funcionários	20
3.2.3.1 Capacitação dos profissionais nas perspectivas dos usuários	21
4. Considerações finais	23
5. Bibliografia	24
Apêndice A	28
Apêndice B	31
Apêndice C	34
Apêndice D	35
Apêndice E	36
Apêndice F	37

## 1 INTRODUÇÃO

O presente relatório de pesquisa trata da discussão do contexto da acessibilidade cultural em bibliotecas de Instituições da Educação Superior (IES) por parte de pessoas com deficiência de maneira a indicar os fatores limitantes e facilitadores dos recursos de acessibilidade nessas bibliotecas universitárias.

Segundo Carrara, Carvalho e Lima (2010), a cultura retrata as diversas formas de existir dos mais diferentes grupos humanos, desde os modos com que lidam com a natureza até as manifestações imateriais e concretas que produzem. A cultura faz parte do que somos e do que criamos, ou seja, ela nos ensina a ser humanos ao longo de nossa trajetória.

Em consonância com o que indicam Spat e Suptizt (2015), é indiscutível que a cultura é fator importante para todas as pessoas e essencial para o desenvolvimento social de uma comunidade, pois permite a compreensão de valores éticos e morais dos indivíduos.

Partindo desse princípio, faz-se necessária a discussão sobre a acessibilidade cultural – adequação dos ambientes culturais para o bem-estar e acolhimento das pessoas com deficiência (SARRAF, 2018) –, mais precisamente em bibliotecas de Instituições Públicas da Educação Superior (IPES), objetos de estudo desse trabalho, haja visto que esses espaços têm valor simbólico tanto para a sociedade, tanto por serem públicos, quanto pelo fato de promoverem o processo de ensino-aprendizagem no âmbito educacional.

Em relação ao acesso à cultura, vale destacar que a Constituição Federal do Brasil de 1988 expressa que compete ao Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, além do apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais por meio da democratização do acesso aos bens de cultura (BRASIL, 1988, Art. 215). Dessa forma, pode-se dizer que promover acessibilidade cultural é promover também a garantia de direitos por parte de todos os cidadãos brasileiros.

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência especifica que as bibliotecas do país devem dispor de espaços reservados para pessoas sob cadeira de rodas e lugares específicos para as pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhantes, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de maneira que facilite a elas as condições de acesso, circulação e comunicação (BRASIL, 1999, Art. 53).

Logo, é importante considerar todos os aspectos da acessibilidade, pois não basta adequar o ambiente fisicamente para as pessoas com deficiência se não houver preparo e conscientização dos recursos humanos sobre o tema.

A Norma Brasileira de Acessibilidade – NBR 9050 de 2015, regulamentada pelas leis de acessibilidade e inclusão desde a época de 1990, traz, por exemplo, as especificações que devem ser atendidas em “Bibliotecas e Centros de Leitura”, mostrando o tipo de mobiliário, as medidas, os parâmetros antropométricos, os meios arquitetônicos e as leis e decretos envolvidos na colocação de recursos de acessibilidade em qualquer tipo de instituição (ABNT, 2015, Capítulo 10, inciso 16).

Porém, com os avanços voltados à inclusão, a definição de acessibilidade cultural acabou ultrapassando a condição de apenas adequações técnicas dos ambientes e passou se construir enquanto uma gama de direitos que visem à qualidade de vida e desenvolvimento das pessoas com deficiência, em uma perspectiva biopsicossocial.

Assim, no mesmo ano de 2015 houve a criação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), a qual tem por objetivo “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

A LBI é de suma importância na atualidade, pois carrega um arsenal de direitos construídos para revalidar a dignidade da população com deficiência. Esse dispositivo ressalta que tanto o Estado quanto a sociedade devem assumir o compromisso de promover condições igualitárias a todos, assim como também deve garantir o exercício da cidadania e da participação social da pessoa com deficiência.

A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade. (BRASIL, 2015, Art. 55).

O Desenho Universal é um conceito criado na década de 1970 que, segundo a LBI, tem por finalidade propor que todos os ambientes e produtos sejam feitos e adequados para uso de todos os indivíduos, sem haver a necessidade de adaptar ou implantar recursos exclusivos para as pessoas com deficiência. É interessante observar que esse conceito é pensado para todas as pessoas, não havendo a necessidade de dividir as pessoas segundo suas condições fixas ou

temporárias, por exemplo, “os idosos”, “as pessoas com deficiência física”, “os cegos”, “as gestantes”, entre outros.

A LBI define seis tipos de barreiras – qualquer tipo de entrave físico ou atitudinal que limite ou impeça a participação social da pessoa com deficiência – que devem ser superadas, por exemplo, com os recursos de acessibilidade existentes:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes; d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias. (BRASIL, 2015)

As bibliotecas públicas de IES têm por dever seguir o Desenho Universal como norteador ao se programar os recursos de acessibilidade. Esses centros culturais, um dos mais antigos da humanidade, são amplamente significativos no processo de relacionamento em comunidade e busca de conhecimento.

Segundo Fonseca, Gomes e Vanz (2012), as bibliotecas das universidades têm a incumbência de cumprir as necessidades de informação das comunidades acadêmicas no funcionamento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

[a biblioteca pública] é uma instituição criada, mantida e financiada pela comunidade, seja por meio local, regional ou nacional, seja por meio de outra forma de organização da comunidade. Ela proporciona acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e as obras da imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços, e se coloca à disposição, de modo igualitário, a todos os membros da comunidade, independente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, dificuldade física, condição econômica e nível de escolaridade. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS, 2012)

A importância do acesso à essas instituições, implica no reconhecimento de direitos, além de assegurar fontes de pesquisa e desenvolvimento crítico, tendo em vista a bagagem material presente nas mesmas. Cabe destacar também que esses ambientes servem como âmbito de aperfeiçoamento comunicativo e de relacionamentos interpessoais das comunidades. Segundo Santos, Diniz e Sá (2014), as bibliotecas têm sido muito válidas no sentido de

favorecerem uma vida melhor às pessoas, já que concentram informações organizadas de forma útil para seus usuários.

Conforme retrata Sarraf (2018), as adequações de acessibilidade em ambientes culturais são significativas em diversas dimensões: adequações arquitetônicas (elevadores, rampas, sanitários adaptados, etc.), adequações comunicativas (audiodescrição, legendas, guias de visitação, etc.) e adequações atitudinais (conscientização dos recursos humanos, orientação sobre maneiras de se relacionar, desconstrução de estereótipos, etc.), por exemplo, beneficiam todos os usuários, fazendo com que o ambiente seja mais acolhedor e convidativo para todas as pessoas, independentemente de suas especificidades. É por esta razão que se faz necessária a avaliação da eficácia dos recursos de acessibilidade nos ambientes de acesso à cultura, como as bibliotecas, as quais devem incentivar a autonomia de seus usuários a partir de uma infraestrutura acessível, dando espaço para o avanço da inclusão social das pessoas que ocasionalmente possuem alguma deficiência ou singularidade.

Nesse sentido, foi proposta uma pesquisa sobre as condições de uma biblioteca pública universitária considerando-se as políticas públicas e as vantagens da acessibilidade para a inclusão social e para o acesso à informação e conhecimento.

Como objetivo geral, o estudo visa a identificar elementos limitantes e facilitadores na promoção da acessibilidade em bibliotecas públicas universitárias. De modo específico, a presente pesquisa tem como objetivos:

- Investigar os aspectos da acessibilidade arquitetônica em espaços bibliotecários;
- Identificar elementos inerentes à participação e relações interpessoais do sujeito com deficiência no espaço em questão;
- Conhecer as estratégias de sensibilização, capacitação e formação da comunidade acadêmica.

## **2. MÉTODO**



## **2.1 Tipo de pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa descritiva qualitativa, fazendo uso de procedimentos do método de estudo de caso. (FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA, 2003)

## **2.2 Procedimentos éticos**

A presente pesquisa e seus respectivos instrumentos foram analisados e aprovados pelo CEP por meio do parecer nº 3.593.189. Segundo Goldim (2003), “a pesquisa com seres humanos tem o compromisso de resguardar a integridade de todos os envolvidos. Este resguardo envolve questões a preservação da privacidade, a minimização de riscos e desconfortos, a busca de benefícios, a não discriminação e a proteção de grupos de pessoas vulneráveis”. Para o envio, foi utilizada a Carta de Autorização [ver apêndice C], que concedeu a prévia permissão de execução da pesquisa por parte da biblioteca alvo do trabalho. Todos os participantes da pesquisa acordaram em participar por meio dos TCLEs [ver apêndices A e B]. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética pelo parecer nº 3.593.189 [ver apêndice F].

## **2.3 Participantes**

Os critérios de inclusão para a pesquisa foram:

- Ser uma pessoa com deficiência de qualquer especificidade que já frequentou ou frequenta a biblioteca universitária alvo;
- Ser funcionário da biblioteca alvo.

Foram selecionados para a pesquisa quatro participantes, sendo estes: 1 com mobilidade reduzida, 1 surdo, 1 cego e 1 funcionário da biblioteca em questão. A idade dos participantes varia de 21 a 45 anos. Todos os participantes são estudantes, inclusive o funcionário da biblioteca.

## **2.4 Instrumentos de coleta de dados**

A coleta de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas com os participantes [ver Apêndice D e E]. Foram feitos dois roteiros distintos: um para os participantes com deficiência e outro para o funcionário da biblioteca.

## **2.5 Materiais**

Os materiais e equipamentos utilizados para colhimento e tratamento de dados foram: aparelhos celulares, canetas esferográficas, papel sulfite e notebook.

## **2.6 Procedimento de coleta de dados**

O primeiro contato com os participantes para possível entrevista foi feito via redes sociais ou e-mail. Se consentido, a entrevista foi feita presencialmente ou à distância. As entrevistas presenciais foram agendadas e ocorreram em um local de escolha do participante para que o mesmo se sentisse confortável. As entrevistas à distância foram feitas através do aplicativo *WhatsApp* e também foram agendadas em um melhor horário em que o participante pudesse responder as perguntas. Ambas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas posteriormente. As entrevistas duraram em média de 7 minutos e foram coletadas no período de setembro a outubro de 2019.

## **2.7 Tratamento dos dados**

Para o tratamento dos dados, as respostas das entrevistas – tanto presenciais como à distância - foram gravadas e armazenadas nos celulares das pesquisadoras. Depois, foram transcritas e armazenadas nos computadores das mesmas. As respostas foram catalogadas em duas pastas que deram origem a dois grupos:

- Grupo A: respostas dos participantes com deficiência (usuários da biblioteca)
- Grupo B: respostas do participante que trabalha na biblioteca alvo (funcionário da biblioteca)

Para manter a confidência das respostas e dos entrevistados, os participantes do Grupo A foram denominados U1, U2 e U3, segundo a ordem das entrevistas, e o participante do grupo B, da mesma forma, foi denominado F1.

## **2.8 Procedimento de análise de dados**

Para o procedimento de análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo, que, segundo Moraes (1999), “constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos”. Ele diz que esse tipo de análise conduz a informações qualitativas, quantitativas ou sistemáticas, auxiliando na reinterpretação de seus conceitos de uma forma mais complexa do que somente uma análise comum.

Para a análise deste trabalho, foi utilizado o método de categorização, que, também segundo Moraes (1999), “é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo”.

No caso, a categorização foi feita por critérios semânticos, resultando em categorias temáticas. Primeiro, foram destacados os assuntos semelhantes entre as perguntas das entrevistas do Grupo A e do Grupo B, gerando categorias amplas que foram refinadas de acordo com a relação que tinham com os objetivos.

Ao final, obtiveram-se cinco categorias para o Grupo A (Aspectos Arquitetônicos, Aspectos Urbanísticos, Aspectos Comunicacionais e Informativos, Aspectos Atitudinais, Aspectos Tecnológicos) e três categorias para o Grupo B (Aspectos Físicos, Aspectos Comunicacionais, Capacitação de Funcionários) que tentam verificar a relação dos dados obtidos com os dados já existentes na literatura referente à temática de cada uma.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **GRUPO A – PARTICIPANTES COM DEFICIÊNCIA**

À luz da Lei Brasileira de Inclusão (2015), foram analisados aspectos a partir dos tipos de barreiras descritas na lei e como se encontra a acessibilidade em relação a anular essas barreiras.

### **A.1 Aspectos Arquitetônicos**

Primeiramente, aqui se analisam os aspectos concretos do edifício, os aspectos da construção e da organização arquitetônica da biblioteca.

Quando perguntado aos entrevistados sobre os aspectos arquitetônicos da biblioteca em questão, U1 falou sobre a falta de piso tátil e pisos direcionais, enquanto U2 mencionou achar a rampa da biblioteca muito inclinada e os espaços entre as bancadas e estantes de livros muito estreitos. U3 disse que o problema que mais enfrenta na biblioteca são os assentos, que possuem um ângulo que prejudica o problema que ele possui na coluna, além de mencionar sobre a distância entre um andar e outro do edifício e sobre a rampa da biblioteca que facilita o acesso.

“Eu gostaria que as bibliotecas tivessem algumas adaptações, como piso tátil, (...) pisos direcionais”. (U1)

“Mas mais a questão é da rampa mesmo, porque eu achei a rampa muito inclinada mesmo (...). Espaço também entre bancada de livro é aquele espacinho pequeno aí tipo pra um usuário cadeirante não consegue passar, ficam perdendo tempo lá à toa”. (U2)

“Eu tenho discopatia degenerativa (...) e na biblioteca acaba que eu tenho muito problema, porque os assentos de lá não são preparados para uma pessoa que tem esse tipo de problema (...). Assim, do que eu já reparei, uma coisa que é bem evidente da biblioteca é ter acesso por rampa, né, facilita bastante (...). Você precisar de andar muito pra ir em tal andar (...) e andar é uma coisa muito problemática também.” (U3)

Os principais resultados mostram que todos os entrevistados mencionaram alguma barreira arquitetônica da biblioteca, embora, no decorrer da entrevista, não demonstrarem ser fatores de impedimento para o acesso dela. Um ponto interessante é que U2, que é surdo, não relatou barreiras arquitetônicas para a sua deficiência, apenas observações sobre possíveis limitações para alguém sob cadeira de rodas.

Uma pesquisa de aprimoramento da tecnologia da bengala de orientação para os cegos feita por Kist et al. (2014) aponta sobre a importância do piso tátil para a mobilidade e autonomia das pessoas cegas, que funciona como um instrumento para auxiliar o cego a se direcionar no ambiente – no caso dos chamados pisos táteis direcionais – e para sinalizar

situações de risco – os chamados pisos táteis de alerta. Assim como o piso tátil é fundamental na mobilidade das pessoas cegas no meio urbano, a mesma ideia ocorre nas bibliotecas universitárias, já que fazem parte dos locais de convívio dessas pessoas, como aponta o relato de U1. Sem esse tipo de adaptação na biblioteca, o cego fica sujeito a depender de outras pessoas para se locomover, além de não ser integrado de verdade nesse ambiente.

Seguindo o relato de U2, uma pesquisa feita por Alves (2017) traz um quadro temático e alguns reforços com alguns recursos de acessibilidade que, de forma geral, auxiliariam cada tipo de deficiência em ambientes bibliotecários. Na análise fica claro que o plano inclinado, por exemplo, é imprescindível para facilitar o acesso de quem possui alguma deficiência física, assim como a largura entre as estantes de livros deve ser grande para permitir a aproximação de cadeiras de rodas. É necessário que esses tipos de adequação sejam feitos para que as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida tenham autonomia dentro da biblioteca, assim como se sintam seguras em sua locomoção, tendo em vista que as rampas são o principal meio de acessar os ambientes, como indica U3.

Conduzindo-se com o que relatou U3, um estudo de Silvestre et al. (2005) sobre a anatomia dos discos intervertebrais e suas funções traz como orientação para uma boa postura que para se sentar de forma correta a cadeira deve ter dimensões apropriadas para o corpo, os pés devem estar apoiados no chão, o assento deve ser firme e o encosto deve fornecer estabilidade. Partindo do princípio que uma biblioteca é um local de estudo e procura por informação que, geralmente, precisa-se permanecer longos períodos sentado, U3 tem razão em apresentar queixas sobre as cadeiras, já que os assentos desse ambiente devem ser pensados para todas as especificidades para que todos se sintam confortáveis utilizando esse local, além de que bons assentos melhoram a qualidade de acesso tanto de quem precisa quanto evitam possíveis complicações na saúde dos outros usuários.

## **A.2 Aspectos Urbanísticos**

Seguindo ainda os aspectos físicos da biblioteca, aqui se analisam os aspectos que cercam a biblioteca, os recursos que estão no espaço externo dela.

Em determinado momento, quando perguntado sobre os aspectos físicos da biblioteca, U1 mencionou que gostaria de mais acessibilidade nas vias ao redor da biblioteca, como piso tátil até o ponto de ônibus e semáforo sonoro.

“(…) e melhorar a acessibilidade mesmo, até o ponto do ônibus, ter a questão do semáforo sonoro que não tem em frente da biblioteca, melhorar a acessibilidade em torna dela.” (U1)

De forma geral, percebe-se que não só os aspectos dentro da biblioteca podem interferir no acesso a ela, mas também aspectos fora dela, como questões simples como se dirigir do ponto de ônibus até a entrada ou atravessar a rua em frente para chegar até o edifício.

Pupo, Melo e Ferrés (2006), em consonância com o relato de U1, aponta que a biblioteca deve ser acessível não só em sua área interna como também em suas áreas externas, devendo ter transporte público acessível e vagas de estacionamento reservadas para pessoas com deficiência, além de adaptar rotas da entrada da biblioteca até pontos de ônibus, estacionamento e outros pontos de interesse, afim de que esse público não tenha que fazer mais esforço que outras pessoas para acessar a biblioteca. Dessa forma, entende-se que é primordial que seja feita algumas adaptações para auxiliar na mobilidade, por exemplo, o piso tátil para as pessoas cegas.

Uma pesquisa feita por Sá (2003) sobre acessibilidade na vida diária de pessoas cegas mostra que essas pessoas encontram frequentemente barreiras na disposição urbana que poderiam ser anuladas por meio de políticas públicas que favorecessem a mobilidade, como por exemplo, semáforos sonoros isolados. Os semáforos sonoros, segundo Santos, Pontes e Landim (2018), servem para indicar ao pedestre com deficiência visual o momento certo de atravessar a rua através de sons (bipes). Esse tipo de recurso também é importante nos ambientes bibliotecários, como aponta U1, para que o cego tenha autonomia de mobilidade e orientação e se sinta bem acessando a biblioteca sozinho.

### **A.3 Aspectos Comunicacionais e Informativos**

Depois de analisar os aspectos físicos, aqui se analisa os aspectos referentes ao acesso real às informações da biblioteca, tanto no sentido de orientação como acervo de livros.

Quando perguntado aos entrevistados sobre os aspectos comunicacionais e informativos da biblioteca, U1 falou sobre a necessidade de mais informações em Braille nas

portas, para acessar os livros, nas estantes e nos banheiros, além de mencionar que a biblioteca tem um grande acervo de livros em Braille. Já U2 mencionou que seria interessante haver funcionários que passassem as informações em Libras para os surdos que não aprenderam a língua portuguesa. U3 não mencionou ter dificuldades para acessar informações ou mensagens da biblioteca.

“(…) mais braile nas portas laterais, não tem, acesso aos livros não tem, (…) ter mais braile nas portas, nas estantes, do local que a pessoa está, (…) nos banheiros colocar Braille na porta (…) Mas a importância da leitura é muito melhor, a BCO tem muitos livros em braile importante e é muito bom isso pra nós cegos, né?”. (U1)

“Acho que seria legal se alguém usasse Libras lá por causa se fosse um surdo lá. Seria legal tipo, ter pelo menos um intérprete. Vai que um surdo lá fala “aí não to achando um livro” e só tem a língua, a Libras, materna”. (U2)

De forma geral, os participantes U1 e U2 mencionaram ter alguma dificuldade de acesso às informações ou de comunicação. U1 foi o que mais apresentou barreiras na informação, principalmente em relação à falta de informações em Braille no edifício. U2 não apresentou queixas pessoais, mas mencionou o interesse na disponibilidade de informações em Libras.

Um estudo feito por Correio et al. (2013) sobre acessibilidade e inclusão informacional destaca algumas propostas de melhorias para bibliotecas que compactuam com o discurso de U1, como por exemplo, a qualidade da sinalização com uso de mapas táteis e informações em Braille para que os usuários saibam o que está ao seu serviço e em quais lugares, como banheiros e prateleiras de livros, além da inclusão de obras em Braille no acervo da biblioteca. Fica claro que uma biblioteca para ser acessível precisa de certas adaptações minuciosas que muitas vezes passam despercebidas, como no caso de uma simples placa em Braille indicando qual banheiro é masculino e qual é feminino ou onde está o livro que o usuário está procurando. É fundamental que haja essa acessibilidade informacional para a efetiva autonomia das pessoas que frequentam esse local, já que todas as pessoas com suas diferentes especificidades devem ter acesso às mensagens do ambiente e à informação que ele oferece.

O Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, de 1994, ressalta que as bibliotecas públicas devem fornecer condições básicas para a aprendizagem e desenvolvimento cultural dos cidadãos, assim como igualdade de acesso a todos os públicos, incluindo pessoas com deficiência, tendo à disposição materiais e serviços específicos para os usuários a fim de oferecer condições adequadas de leitura e estudo para todos os membros (IFLA, 1994).

Sendo assim, é visível que a biblioteca deste estudo está parcialmente de acordo com os ideais do manifesto, posto que disponibiliza, no caso das pessoas cegas, vasto acervo de obras em Braille, porém necessita de aperfeiçoamentos nos recursos de informação do edifício, como o Braille para a orientar na localização.

Outro estudo feito por Miglioli e Santos (2017) sobre acessibilidade para minorias sociais ressalta que as bibliotecas ainda priorizam muito a acessibilidade para pessoas com deficiência física e visual, uma vez que esse público necessita mais de mudanças físicas do ambiente, diferente da acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva, que tem enfoque na acessibilidade na comunicação e na informação, seja por uso de Libras ou alguma tecnologia específica para entender as informações em si, além de funcionários que saibam se comunicar em Libras, fato que faz referência com o relato de U2.

Assim como os outros tipos de deficiência, adaptações informacionais na biblioteca podem auxiliar grandemente no acesso de pessoas com deficiência auditiva, como por exemplo, sinalização com linguagem clara e visível ou instruções em Libras em forma de placas ou cartazes. É interessante observar no caso dessa área da deficiência que o acesso às informações não depende exclusivamente da presença de um funcionário conhecedor de Libras como muitas pessoas pensam, mas também de recursos e tecnologias específicas, respeitando a preferência de comunicação dos usuários surdos.

#### **A.4 Aspectos Atitudinais**

Quando posto em análise as entrevistas, em vista as possíveis barreiras atitudinais, é perceptível que apesar de que os entrevistados nunca tenham sentido as possíveis barreiras, os mesmos percebem a existência delas. O participante U1 deixa claro durante a entrevista a importância do conhecimento de LIBRAS pelos funcionários da biblioteca, pois, segundo a LBI, a defasagem da comunicação limita e impede a comunicação das pessoas surdas no ambiente bibliotecário.

A pesquisa Formação de formadores e suas significações para a educação, feita por Bazon et al. (2018) traz a importância de contemplar as discussões sobre as barreiras atitudinais, de maneira que proporcione conhecimentos e debates que levem em conta a tentativa de minimizar as barreiras arraigadas em nossa sociedade.

Ao ser perguntado sobre as barreiras atitudinais durante as vivências na biblioteca comunitária, o entrevistado U2 comenta e sugere que seja feita pelos funcionários cursos



preparatórios de sensibilização, concluindo a fala com a certeza de que melhoraria a experiência das pessoas com deficiência na biblioteca. Simonelli e Camarotto (2011), trazem sobre a sensibilização de trabalhadores quanto à capacidade das pessoas com deficiência tratando-se de eliminar barreiras que impedem as pessoas de realizarem atividades e participações possíveis à sua capacidade funcional, fortalecendo a fala de U2.

Assim como todos os aspectos de barreiras de acessibilidade definidos pela LBI (2015), as barreiras atitudinais são: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. Durante as entrevistas, os participantes mesmo que satisfeitos e admitindo que há inclusão, trazem as possíveis melhorias, deixando à ser observado que as barreiras atitudinais existem na biblioteca universitária e que são necessárias transformações.

### **A.5 Aspectos Tecnológicos**

Durante as entrevistas a falta de tecnologias assistivas na biblioteca universitária foi notada, tendo destaque nas falas do participante U2, que é cego, em que relatou cada falha e quais foram suas lutas perante seus direitos, segundo a LBI, a pessoa com deficiência tem direito à receber atendimento prioritário, sobretudo a disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.

Bruno e Nascimento (2019), trazem em sua pesquisa a significância das práticas e serviços, em que a tecnologia assistiva promove a funcionalidade das atividades e a participação da pessoa com deficiência, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Quando posto em vista a autonomia na biblioteca, o entrevistado U2 relata que entre suas experiências no local, um dos recursos tecnológicos foi retirado, dificultando a acessibilidade na prática de encontrar os livros.

O participante também cita suas lutas em direção aos seus direitos, dizendo que pediu inúmeras vezes à biblioteca semáforos sonoros e para que os computadores tivessem leitores de telas disponíveis, mas que não foi atendido. A defasagem notada no compromisso da biblioteca em garantir acessibilidade por meio de recursos tecnológicos inibe as condições políticas e de cidadania da pessoa com deficiência; nas palavras de Conte, Ourique e Basegio (2017), a inclusão da tecnologia assistiva é marcada como uma forma de garantir direitos

basilares como liberdade, dignidade, comunicação, mobilidade, acessibilidade e igualdade social.

Entretanto, é de importância salientar a contribuição que os recursos tecnológicos têm para que a frequência e acessibilidade das pessoas com deficiência na biblioteca melhore e continue existindo, a fala do participante U2, deste estudo, deixa claro e retrata a desigualdade ao acessar informações e recorrer às típicas atividades em uma biblioteca universitária.

## **GRUPO B – FUNCIONÁRIO DA BIBLIOTECA**

A partir dos relatos na visão do funcionário da biblioteca, foram analisados os aspectos físicos, de comunicação e de capacitação profissional dos funcionários.

### **B.1 Aspectos físicos**

Em relação aos aspectos físicos da biblioteca analisada, nota-se que, de acordo com o funcionário da biblioteca entrevistado, é revelado que o local é bem estruturado em relação aos aspectos físicos, deixando claro em suas falas.

“Ela é estruturada com rampas né, os cinco pisos são interligados com rampas, na entrada também tem rampa, então acho que para cadeirante isso é um ótimo passo.” (F1).

Nesse sentido, Fonseca, Gomes e Vanz (2011) declaram que tornar um espaço acessível é romper barreiras existentes a fim de permitir a utilização autônoma e com segurança de espaços, mobiliários e equipamentos, edificações, transportes, sistemas e meios de comunicações por pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

“[...] a acessibilidade não deve ser caracterizada por um conjunto de normas e leis, e sim por um processo de observação e construção, feitos por todos os membros da sociedade.” (Mazzoni, 2001, pg.31)

No entanto apesar de certas normas para o acesso à biblioteca ser eficiente de acordo com o funcionário, o mesmo evidencia falhas nos aspectos físicos que acabam por prejudicar e inviabilizar o uso dos mesmos recursos, de acordo com ele, neste mesmo local.

“Eu acho que possa ser um tanto cansativo subir cinco pisos, enfim, com uma cadeira de rodas... Do que adianta ter rampa se não vai ter as outras acessibilidades, mas ainda falando dos cadeirantes quem foi pegar livro sofre com a estante com 6, 7 prateleiras né.” (F1)

Dessa maneira, conforme Fonseca, Gomes e Vanz (2011, p. 2796), as “(...) universidades devem estar preparadas para contribuir no processo de inclusão; as bibliotecas, como parte deste sistema, devem participar do processo atendendo da melhor forma as necessidades dos usuários com limitações.” visto que nossa atual promove a expansão da acessibilidade e autonomia para todos é isso inclui as pessoas com deficiência.

## **B.2 Aspectos comunicacionais**

Após analisar os aspectos físicos, nessa categoria vamos apresentar os respectivos resultados obtidos pelos aspectos comunicacionais, sendo assim entende-se que aspectos comunicacionais está ligado aos seguintes comportamentos, entraves, obstáculos, atitudes que sejam capazes de dificultar diretamente a expressão ou a comunicação de indivíduos, que possam vir necessitar serviços específicos para obter acesso à algum conteúdo.

Sendo assim, os resultados mostram que há uma falta de aspectos comunicacionais para atender as demandas de todas as pessoas com deficiências. F1 relata que a comunidade surda felizmente consegue ser privilegiada nessa questão, pois a instituição fornece oficinas para que os profissionais possam conseguir estabelecer uma relação comunicacional com os usuários surdos. Entretanto com as outras deficiências os aspectos comunicacionais não são explorados nas mesmas proporções e tão pouco são planejados em recursos para atender a demanda dos demais públicos.

“(...) Braille não tem, não tem plaquinha lá em braille, eu vi que na UNESP de Araraquara, tem as placas informando onde é cada piso, cada local com plaquinhas em Braille, isso não tem na biblioteca. Foi um erro” (F1)

“(...) O Braille é rechaçado não tem nada acredito, enfim e em outras deficiências que por sinal eu nem consigo pensar em um exemplo nitidamente não são consideradas tanto no planejamento da biblioteca enquanto um grupo de funcionários ou quanto à um prédio estruturado né.” (F1)

As barreiras comunicacionais em oposição a acessibilidade podem ser de caráter interpessoal, como a Libras, linguagem corporal, livros incluindo Braille, letras ampliadas para

quem tem baixa visão, tecnologias assistivas com comunicação alternativa no campo da acessibilidade digital.

Portanto, ao discutir a acessibilidade comunicacional, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em Nova Iorque 2006 e promulgada pelo Decreto Legislativo n. 197 de 2009 e Art.1º A convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência amplia a noção de comunicação, afirmando que esta abrange “[...] as línguas, a visualização de textos, o braile, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação.”

### **B.3 Capacitação de funcionários**

Após ter feito a coleta de dados com o funcionário da Biblioteca, observa-se que os principais resultados obtidos sobre a capacitação dos profissionais, mostram que existe ainda uma defasagem na formação continuada deles.

Segundo o relato do participante F1, não existe nenhum recurso ou conhecimento dele em relação ao braile e que não é fornecido nenhum tipo de recurso de formação continuada ou cursos de sensibilização, para os funcionários, F1 relata também que de acordo com suas percepções se uma pessoa com deficiência física necessita de algum tipo de apoio, qualquer pessoa poderá ajudar, desde que seja solicitado e que esse bom senso não se encaixa somente na capacitação dos profissionais da informação, mas sim de todas as pessoas.

Entretanto, F1 também relata que a biblioteca universitária oferece uma oficina de Libras todas as segundas-feiras no período da tarde para os funcionários, por intermédio de uma funcionária Surda da graduação do TILSP e que isso acaba possibilitando e gerando um certo tipo de comunicação e acessibilidade para as pessoas surdas, mas que infelizmente para as outras demandas não existe redes de apoio:

“(...) Tem um projeto na biblioteca, que é segunda-feira à tarde, se não me engano tem um minicurso tipo uma oficina, pra ensinar libras para os funcionários, para os estagiários e pro pessoal que trabalha lá”. (F1)

Costa (2015) aponta que segundo Silva, Costa e Crivellari (2014), ao refletirem sobre a prática do profissional bibliotecário diante das mudanças constantes que acontecem na sociedade, considera-se necessário repensar a sua formação para atuar na sociedade inclusiva

para que, então, possa desempenhar um papel de funcionário que consegue se adequar mediante as constantes mudanças. Além disso, importa sensibilizar e se apropriar da responsabilidade de tornar as bibliotecas acessíveis, incluindo todos os usuários.

Portanto, segundo Costa (2015), entende-se que é preciso repensar na ênfase dada a certos conteúdos presentes na formação do bibliotecário no intuito de possibilitar-lhe enfrentar com mais

Presumimos que, no contexto atual, é necessário que o bibliotecário apegue-se menos às atividades de processamento técnico, e também esteja preparado para a observação atenta ao meio o qual está inserido o qual possibilitará perceber as necessidades dos usuários das bibliotecas e ser capaz de auxiliá-los adequadamente, sobretudo quando esses atores são deficientes.

### **B.3.1 Capacitação dos profissionais nas perspectivas dos usuários**

No geral, os participantes relataram não precisar com frequência dos auxílios dos funcionários e que as vezes que foi solicitado ajuda, os bibliotecários conseguiram atender suas demandas.

“Em relação a isso sim, eles são capacitados sim, porque as vezes eu precisava ou dava um pau no computador e eles iam até lá e arrumavam, nessa questão eles são capacitados sim”. (U1)

Mas vale ressaltar que U3 relata que a forma como é exposta o trabalho dos funcionários é razoavelmente boa, mas que não dá para atender a demanda de todas as pessoas com deficiência, inclusive a dele.

“(…) Assim, eu acho que tem uma questão também que eles não conseguem resolver o problema de todas as pessoas, cada deficiência, cada aspecto, cada individualidade, de todas as pessoas da comunidade em geral que vêm aqui. Eu acho que, em geral, é razoável assim o trabalho deles, acho que há uma preocupação e tenho certeza que, como na pergunta que perguntou se precisava de um auxílio deles, eu tenho certeza que lá se você precisar de um auxílio, você pode pedir pra alguém que a pessoa vai te ajudar, não vai ter esse problema, mas, acho que em geral é bom assim”. (U3)

“(...) Então, nesse aspecto acho que assim, eles conseguem atender a média das pessoas e em vários casos específicos, mas é óbvio que não dá pra atender todos, o meu caso é um deles, infelizmente”. (U3)

Em paralelo com o relato do participante U3, Silveira (2000) diz que no Brasil, praticamente é inexistente biblioteca universitária que incorpore ao seu planejamento garantias de acesso pleno a deficientes físicos, prevalecendo barreiras arquitetônicas em suas instalações. Seu conjunto de recursos informacionais, representado através de itens componentes de seus acervos, também é projetado visando ao atendimento daquela comunidade de usuários julgada fisicamente "normal".

Contudo é impossível descartar a hipótese de que todos os usuários independentes de suas condições, limitações ou que consigam ter todas suas demandas atendidas e que a relação e interação entre o bibliotecário e o usuário são de extrema importância para o serviço de referência, pois este é o mediador entre o usuário que busca por informação e pelos documentos que estão nos acervos das bibliotecas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo compreender que são os elementos limitantes e facilitadores na promoção da acessibilidade em bibliotecas de instituições de ensino superior, tendo seu desenvolvimento a partir de entrevistas com sujeitos que frequentam ou trabalham em uma biblioteca pública universitária do interior de São Paulo.

Dessa maneira, pode-se considerar que os objetivos aspirados inicialmente foram alcançados devido aos dados coletados durante a pesquisa apresentarem um panorama geral da

situação da acessibilidade na biblioteca alvo, mostrando que há ainda muitos aspectos a serem corrigidos, principalmente em relação às barreiras na comunicação e na informação.

Devido isso, foi possível destacar que mudanças e práticas equitativas devem ser iniciadas e aplicadas para que haja uma diminuição gradativa nos elementos limitantes e conseqüentemente que os elementos facilitadores se expandam, pois apesar de a biblioteca apresentar aspectos que promovam a inclusão e acessibilidade, ainda não são o suficiente.

Sendo assim, é importante retomar a importância de tais mudanças e como elas afetam diretamente o bem-estar e direito das pessoas com deficiência e seu convívio em sociedade. Estudos futuros sobre a mesma temática podem oferecer um estudo mais integrado e com mais participantes para entender minuciosamente os aspectos da acessibilidade bibliotecária

## 5 BIBLIOGRAFIA

ALVES, T. Biblioteca acessível: eliminando barreiras. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. Sertão, v.13, out. 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/915>>. Acesso em: 24 de setembro de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <[https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_164.pdf](https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf)>. Acesso em 19 de maio de 2019.

BASEGIO, A; CONTE, E; e OURIQUE, M. Tecnologia assistiva, direitos humanos e educação inclusiva: uma nova sensibilidade. Educação em revista, vol.33, Belo Horizonte,2017. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982017000100140](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982017000100140)>. Acesso em 6 de novembro de 2019.

BAZON, F; FURLAN, E; FARIA, P; LOZANO, D; GOMES, C. Formação de formadores e suas significações para a educação inclusiva. Educação e Pesquisa, vol.44, São Paulo, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022018000100463&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100463&lang=pt)>. Acesso em 04 de novembro de 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Senado Federal, Brasília, 1988. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em 25 de maio de 2019.

BRASIL. Decreto N° 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. Lei 13.146. Diário Oficial da União, Brasília, jul. 2015. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em 19 de maio de 2019.

BRUCHÊZ, A.; D'AVILA, A.; FERNANDES, A.; CASTILHOS, N.; OLEA, P. Metodologia de pesquisa de dissertações sobre inovação: análise bibliométrica. *Desafio online*, v. 6, nº 1, 2018. Disponível em <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvmostrappga/paper/viewFile/4136/1361>>. Acesso em 9 de maio de 2019.

CAMPOS, C. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista brasileira de enfermagem*, Brasília, set/out, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5>>. Acesso em 5 de junho de 2019.

CARRARA, A.; CARVALHO, M.; LIMA, T. Cultura e educação na sociedade contemporânea. *Cadernos Cenpec*, v. 5, nº 7, São Paulo, 2010. Disponível em <<file:///C:/Users/vicva/Downloads/59-74-1-PB.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2019.

COUTINHO, J. F. P.; SILVA, A. L. D. A; Analisando as condições de acessibilidade para usuários com deficiência física numa biblioteca universitária em João Pessoa. *Biblionline*, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 3-17, 2012.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. Diretrizes da IFLA para Bibliotecas Públicas. Brasília: Briquet de Lemos, 2012. Disponível em <<https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2019.

FONSECA, C.; GOMES, G.; VANZ, S. Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso. XVII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Gramado, 2012. Disponível



em < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61049/000864667.pdf;sequence=1>>. Acesso em 25 de abril de 2019.

GOLDIM, J. R.. O processo de consentimento livre e esclarecido em pesquisa: uma nova abordagem. *Revista de associação médica brasileira*. São Paulo, vol.49, n°4, out/dez, 2003. Disponível em < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/67336>>. Acesso em 5 de junho de 2019.

GOMES, L. Acessibilidade em edifícios públicos de cultura em uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Faculdade de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

IFLA. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994.

KIST, G. *et al.* PADEVI – Protótipo de Auxílio a Deficientes Visuais. Rev. De Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia. Rio Grande do Sul, 2014.

MARCOLINO, M.; CASTRO FILHO, C. M. O bibliotecário na biblioteca escolar e os usuários especiais: o desafio da inclusão. RBBB. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Online)*, v. 10, p. 1-13, 2014.

MAZZONI, A.; TORRES, E.; OLIVEIRA, R.; ELY, V.; ALVES, J. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652001000200005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652001000200005&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 24 de setembro de 2019.

MIGLIOLI, S.; SANTOS, G. Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. Florianópolis, 2017.

MORAES, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em < [http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise\\_de\\_conteudo\\_moraes.html](http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html)>. Acesso em 8 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, M.; ALVES, M.; MAIA, M. A função social do profissional da informação numa biblioteca inclusiva. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1600>>.

PUPO, D.; MELO, A.; FERRÉS, S. Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Biblioteca Central Cesar Lattes. Campinas, 2006.

SÁ, E. Acessibilidade: as pessoas cegas no itinerário da cidade. RBC. Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS, D.; PONTES, T.; LANDIM, C. O cego e a cidade. ENEAC2018. São Paulo, 2018.

SANTOS, M.; DINIZ, C.; SÁ, N. A importância da acessibilidade nas bibliotecas públicas. VIII Seminário Nacional de Bibliotecas Braille, São Paulo, 2014. Disponível em <

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61049/000864667.pdf;sequence=1>>. Acesso em 25 de abril de 2019.

SARRAF, V. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência – benefícios para todos. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, nº 6, São Paulo, 2018. Disponível em <<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/880ce1b3/05a2/471a/ac12/584647f155f1.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2019.

SIMONELLI, A E CAMAROTTO, J. Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. *Gestão e Produção*. São Carlos, v. 18, n.1, p. 13-26, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v18n1/02.pdf>>. Acesso em 04 de novembro de 2019.

SILVESTRE, C. *et al.* Morfologia dos discos invertebrados e abordagem clínica das discopatias: uma revisão bibliográfica. *Fisioweb*, 2005.

SIRIHAL DUARTE, A. A (IN) ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS: a interação entre o bibliotecário de referência e o usuário com deficiência, *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições v. 13, n. 2, jul./dez. 2017

SOUZA, M.; COSTA, M.; TABOSA, H.; ARARIPE, F. Acessibilidade e inclusão informacional. *Inf. Inf.* Londrina, v. 18, n.1, p. 1-16, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2013v18n1p1>>. Acesso em 24 de setembro de 2019.

SPAT, G.; SUPTITZ, C. O direito à cultura na sociedade em rede: políticas públicas do governo federal e sua efetivação no município de Santa Maria/RS. 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, Santa Maria, 2015. Disponível em <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/6-7.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2019.

SILVA, R. A.; COSTA, M. K. A.; CRIVELLARI, H. M. T. A formação do bibliotecário para atuar na sociedade inclusiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO, 2014, Belo Horizonte. Anais... Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt6>>. Acesso em: 20 abr. 2015. p. 2740-2759.

COSTA, M. K. A. Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a formação e atuação do bibliotecário. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BRASIL. Decreto Legislativo n. 197 de 2009. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada em Nova York 2006. Brasília: 2009.

**APÊNDICE A**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA SUJEITOS QUE  
PARTICIPARAM DA PESQUISA “O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM  
BIBLIOTECAS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR”**

**(Resolução 466/2012 do CNS)**

(Parecer de Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFSCar: nº 2.997.423)

Nós, Ana Gabriele Derencio, Gabriela Godman Machado Zulim e Victoria do Valle Ramos, Juliana Fernandes, estudantes do Curso de Licenciatura em Educação Especial, sob orientação do Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral, docente vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, convidamos-lhe a participar da pesquisa “o acesso de pessoas com deficiência em bibliotecas de instituições de ensino superior”, coordenada pelo referido docente.

O objetivo do presente estudo será o de compreender quais são os elementos limitantes e facilitadores pertinentes à acessibilidade encontrados na utilização das áreas de uso de uma biblioteca pública universitária de uma cidade de médio porte do interior do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, você foi selecionado por ser uma pessoa com algum tipo de deficiência de qualquer especificidade ou mobilidade reduzida que frequenta uma biblioteca pública de uma instituição de ensino superior de uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo.

O estudo envolve a realização de entrevistas e questionários semiestruturados com registro de áudio e transcrição de informações. As questões das entrevistas e questionários são relacionadas à recursos de acessibilidade encontrados em edifícios públicos, à percepção pessoal sobre a falta ou a existência desses recursos e analisar as falhas e eficiência dos recursos em vigor. Os pesquisadores realizarão o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o estudo.

As observações ocorrerão sob o consentimento das pessoas encontradas para a realização da pesquisa. A realização das entrevistas e a aplicação dos questionários serão realizadas em data e local a serem concordados junto à pessoa com deficiência e adaptadas conforme a especificidade de cada participante, de modo a garantir conforto, segurança e discrição.

Se, durante a aplicação dos instrumentos, algum participante sofrer qualquer tipo de desconforto ou inconveniente, a pesquisa poderá ser interrompida com o mesmo, se assim desejar. Nesses casos, os pesquisadores solicitarão a autorização para estabelecer contato posterior, a fim de verificar os possíveis danos ocasionados e proceder quanto a novas orientações, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação é voluntária e não acarretará custos e compensações financeiras. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sem nenhum prejuízo aos envolvidos na pesquisa.

(1/3)

Vale ressaltar que, para eliminar ou reduzir os riscos, garantiremos que: as respostas sejam confidenciais; os diários de campo, os questionários e as entrevistas não sejam identificados pelo nome, de modo a garantir o anonimato; os indivíduos recebam esclarecimento prévio sobre a pesquisa; a entrevista possa ser interrompida a qualquer momento; seja feita, presencialmente, uma leitura do TCLE; a assistência psicológica seja prevista, se necessária; haja privacidade para responder o questionário e a entrevista; haja garantia de sigilo; a participação seja voluntária; a situação de vulnerabilidade, quando houver, seja considerada.

Destacamos a importância de sua participação nessa pesquisa, por valiosamente auxiliar-nos na obtenção de elementos imprescindíveis que poderão contribuir, sob a perspectiva cooperativa e inclusiva, com as reflexões e discussões acadêmico-científicas que visem compreender quais são os elementos limitantes e facilitadores pertinentes à acessibilidade encontrados na utilização das áreas de uso de uma biblioteca pública universitária de uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo(s) telefone(s) que constam em nossas assinaturas do presente termo.

---

Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral  
(coordenador e pesquisador do estudo)  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Departamento de Psicologia  
PPGEEs - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial  
Curso de Licenciatura em Educação Especial  
Rodovia Washington Luis, km 235 - São Carlos - SP - BR - CEP: 13565-905  
Ramal: (16) 3351-8488, e-mail: [prof.leonardocabral@gmail.com](mailto:prof.leonardocabral@gmail.com)

---

Ana Gabriele Derencio  
(estudante de graduação)  
Fone: (16) 988683284, e-mail: [ana.derencio@gmail.com](mailto:ana.derencio@gmail.com)

---

Gabriela Machado Godman Zulim  
(estudante de graduação)  
Fone: (16) 997979600, e-mail: [gabizuulim@outlook.com](mailto:gabizuulim@outlook.com)

---

Victoria do Valle Ramos  
(estudante de graduação)  
Fone: (11) 975895169, e-mail: [victoriavalle7@gmail.com](mailto:victoriavalle7@gmail.com)

(2/3)

---

Juliana Fernandes  
(estudante de graduação)  
Fone: (16) 997201745, e-mail: [juliana.fernandes.phn@hotmail.com](mailto:juliana.fernandes.phn@hotmail.com)

(estudantes do curso de licenciatura em Educação Especial e pesquisadores do estudo)

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Parecer nº nº 2.997.423 do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 – Caixa Postal 676 – CEP 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br)**

Local e data \_\_\_\_\_  
Nome do participante da pesquisa \_\_\_\_\_  
Número e tipo do documento de identificação \_\_\_\_\_  
Assinatura do sujeito da pesquisa \_\_\_\_\_

(3/3)

## APÊNDICE B

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA SUJEITOS QUE  
PARTICIPARAM DA PESQUISA “O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM  
BIBLIOTECAS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR”

**(Resolução 466/2012 do CNS)**

(Parecer de Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFSCar: nº 2.997.423)

Nós, Ana Gabriele Derencio, Gabriela Godman Machado Zulim e Victoria do Valle Ramos, Juliana Fernandes, estudantes do Curso de Licenciatura em Educação Especial, sob orientação do Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral, docente vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, convidamos-lhe a participar da pesquisa “o acesso de pessoas com deficiência em bibliotecas de instituições de ensino superior”, coordenada pelo referido docente.

O objetivo do presente estudo será o de compreender quais são os elementos limitantes e facilitadores pertinentes à acessibilidade encontrados na utilização das áreas de uso de uma biblioteca pública universitária de uma cidade de médio porte do interior do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, você foi selecionado por ser algum funcionário que exerce função em uma biblioteca pública de uma instituição de ensino superior de uma cidade de médio porte no interior do estado de São Paulo.

O estudo envolve a realização de entrevistas e questionários semiestruturados com registro de áudio e transcrição de informações. As questões das entrevistas e questionários são relacionadas à recursos de acessibilidade encontrados em edifícios públicos, à percepção pessoal sobre a falta ou a existência desses recursos e analisar as falhas e eficiência dos recursos em vigor. Os pesquisadores realizarão o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o estudo.

As observações ocorrerão sob o consentimento das pessoas encontradas para a realização da pesquisa. A realização das entrevistas e a aplicação dos questionários serão realizadas em data e local a serem concordados junto ao funcionário da biblioteca, de modo a garantir conforto, segurança e discrição.

Se, durante a aplicação dos instrumentos, algum participante sofrer qualquer tipo de desconforto ou inconveniente, a pesquisa poderá ser interrompida com o mesmo, se assim desejar. Nesses casos, os pesquisadores solicitarão a autorização para estabelecer contato posterior, a fim de verificar os possíveis danos ocasionados e proceder quanto a novas orientações, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação é voluntária e não acarretará custos e compensações financeiras. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sem nenhum prejuízo aos envolvidos na pesquisa.

Vale ressaltar que, para eliminar ou reduzir os riscos, garantiremos que: as respostas sejam confidenciais; os diários de campo, os questionários e as entrevistas não

(1/3)

sejam identificados pelo nome, de modo a garantir o anonimato; os indivíduos recebam esclarecimento prévio sobre a pesquisa; a entrevista possa ser interrompida a qualquer momento; seja feita, presencialmente, uma leitura do TCLE; a assistência psicológica seja prevista, se necessária; haja privacidade para responder o questionário e a entrevista; haja garantia de sigilo; a participação seja voluntária; a situação de vulnerabilidade, quando houver, seja considerada.

Destacamos a importância de sua participação nessa pesquisa, por valiosamente auxiliar-nos na obtenção de elementos imprescindíveis que poderão contribuir, sob a perspectiva cooperativa e inclusiva, com as reflexões e discussões acadêmico-científicas que visem compreender quais são os elementos limitantes e facilitadores pertinentes à acessibilidade encontrados na utilização das áreas de uso de uma biblioteca pública universitária de uma cidade de médio porte do interior do Estado de São Paulo.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo(s) telefone(s) que constam em nossas assinaturas do presente termo.

---

Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral  
(coordenador e pesquisador do estudo)  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Departamento de Psicologia  
PPGEEs - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial  
Curso de Licenciatura em Educação Especial  
Rodovia Washington Luis, km 235 - São Carlos - SP - BR - CEP: 13565-905  
Ramal: (16) 3351-8488, e-mail: [prof.leonardocabral@gmail.com](mailto:prof.leonardocabral@gmail.com)

---

Ana Gabriele Derencio  
(estudante de graduação)  
Fone: (16) 988683284, e-mail: [ana.derencio@gmail.com](mailto:ana.derencio@gmail.com)

---

Gabriela Machado Godman Zulim  
(estudante de graduação)  
Fone: (16) 997979600, e-mail: [gabizuulim@outlook.com](mailto:gabizuulim@outlook.com)

---

Victoria do Valle Ramos  
(estudante de graduação)  
Fone: (11) 975895169, e-mail: [victoriavalle7@gmail.com](mailto:victoriavalle7@gmail.com)

(2/3)



Juliana Fernandes  
(estudante de graduação)  
Fone: (16) 997201745, e-mail: juliana.fernandes.phn@hotmail.com

(estudantes do curso de licenciatura em Educação Especial e pesquisadores do estudo)

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Parecer nº nº 2.997.423 do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 – Caixa Postal 676 – CEP 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br)**

Local e data \_\_\_\_\_  
Nome do participante da pesquisa \_\_\_\_\_  
Número e tipo do documento de identificação \_\_\_\_\_  
Assinatura do sujeito da pesquisa \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C

### CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),

Prezado Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar, na função de representante legal da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo UFSCar), informo que o projeto de pesquisa intitulado: O acesso de pessoas com deficiência em bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, apresentado pelos pesquisadores Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral, Ana Gabriele Derencio, Gabriela Godman Machado Zulim, Victoria do Valle Ramos e Juliana Fernandes e que tem como objetivo principal compreender quais são os elementos limitantes e facilitadores pertinentes à acessibilidade encontrados na utilização das áreas de uso de uma biblioteca pública universitária de uma cidade de médio porte do interior do Estado de São Paulo. Foi analisado e considerado que o mesmo siga os preceitos éticos descritos pela Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, fica autorizada a realização do referido projeto apenas após a apresentação do parecer favorável emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar.

**“Declaro ler e concordar com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS nº 510/16. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.**

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
(representante legal)

## APÊNDICE D

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

#### CARACTERIZAÇÃO DO PARTICIPANTE

Idade: \_\_\_\_\_

Ocupação: \_\_\_\_\_

#### Roteiro de entrevista (a) com o participante com deficiência

1. Você costuma frequentar bibliotecas? Para que finalidades? Em sua opinião, qual a importância do acesso à cultura?
2. Quando frequentou/ frequenta como você se sentiu/ sente? (ressaltar sobre diferenciação, discriminação, olhares etc.)
3. Você acha que o estabelecimento está adequado suficientemente para você? Já teve algum problema enquanto a isso?
4. Você já se deparou com algum momento na biblioteca que não conseguiu realizar alguma atividade e precisou de auxílio? Se sim, como foi? (ressaltar sobre algum funcionário auxiliar nessas situações)
5. Quais são as maiores falhas e acertos que você considera ter nessa biblioteca em relação a recursos de acessibilidade tanto físicas quanto atitudinais?
6. Você considera que a biblioteca gera autonomia para todos os usuários, considerando as especificidades de todas as pessoas? Por quê?

## APÊNDICE E

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

#### CARACTERIZAÇÃO DO PARTICIPANTE

Idade: \_\_\_\_\_

Ocupação: \_\_\_\_\_

#### Roteiro de entrevista (b) com o participante que trabalhe na biblioteca

1. Com que frequência você vê pessoas com deficiência frequentando a biblioteca?
2. O que você entende por acessibilidade? Em sua opinião, qual a importância do acesso à cultura?
3. O que você acha que a biblioteca dispõe em sua estrutura física em relação a recursos de acessibilidade?
4. O que você sabe sobre funcionários capacitados para o atendimento, caso necessário, de pessoas com deficiência? (lembrar deficiência física, visual com o Braille, auditiva com Libras e intelectual; ressaltar se o funcionário do caso se sente capacitado)
5. A direção/coordenação da biblioteca ofereceu/oferece reuniões ou palestras sobre acessibilidade e inclusão social? Você acha isso importante?
6. Em sua opinião, como funcionário ativo na biblioteca, quais são os maiores acertos e falhas existentes na biblioteca em relação a recursos de acessibilidade?

## APÊNDICE F



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM BIBLIOTECAS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

**Pesquisador:** Leonardo Santos Amâncio Cabral

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 16315019.3.0000.5504

**Instituição Proponente:** CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.593.189

#### Apresentação do Projeto:

Pesquisa com temática relevante, sendo contemplado problema de pesquisa, fundamentação teórica e procedimentos metodológicos.

Segundo o pesquisador:

"Esta pesquisa tem como tema central o contexto do acesso à bibliotecas universitárias por pessoas com deficiência, considerando questões relacionadas à normas técnicas e políticas feitas para a população com deficiência. O objetivo da pesquisa é compreender quais são os elementos limitantes e facilitadores pertinentes à acessibilidade em uma biblioteca universitária de uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo. A metodologia a ser utilizada é de natureza qualitativa com procedimentos de estudo de caso descritivo, utilizando entrevistas semiestruturadas com pessoas com deficiência e com um funcionário da biblioteca e uma tabela que pontua a existência ou não de recursos de acessibilidade no edifício em questão. Espera-se que os resultados obtidos com a pesquisa auxiliem na identificação de acertos e falhas na implementação e utilização de recursos de acessibilidade na biblioteca universitária alvo do trabalho."

#### Objetivo da Pesquisa:

Este estudo tem como objetivo compreender quais são os elementos limitantes e

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235  
**Bairro:** JARDIM GUANABARA  
**UF:** SP  
**Telefone:** (16)3351-9685  
**Município:** SAO CARLOS  
**CEP:** 13.565-905  
**E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 3.593.189

facilitadores pertinentes à acessibilidade encontrados na utilização das áreas de uso de uma biblioteca pública universitária de uma cidade de médio porte do interior do Estado de São Paulo.

Os objetivos específicos são:

- Investigar a situação arquitetônica de acesso e uso de acessibilidade nesse edifício público;
- Identificar as falhas e acertos do projeto arquitetônico e das barreiras físicas;
- Analisar se as adaptações existentes são realmente eficientes ou não a partir da visão das pessoas com deficiência usuárias dessa biblioteca.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Inclusão na redação dos possíveis riscos, a saber:

Se, durante a aplicação dos instrumentos, algum participante sofrer qualquer tipo de desconforto ou inconveniente, a pesquisa poderá ser interrompida com o mesmo, se assim desejar. Nesses casos, os pesquisadores solicitarão a autorização para estabelecer contato posterior, a fim de verificar os possíveis danos ocasionados e proceder quanto a novas orientações, visando o bem-estar de todos os participantes. A participação é voluntária e não acarretará custos e compensações financeiras. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sem nenhum prejuízo aos envolvidos na pesquisa.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

As solicitações descritas no primeiro parecer foram realizadas, ou seja:

Inclusão da Carta de Autorização da Instituição que será realizada a pesquisa.

- Descrição do procedimento de coleta de dados e previsibilidade de adaptações para as entrevistas;
- Descrição dos possíveis riscos e ações.

Revisão do cronograma;

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

OS TCLES foram apresentados e descritos conforme os participantes que participarão da pesquisa.

Há a necessidade de rever o título do TCLE, pois o mesmo está com o tempo verbal no passado "participaram" e deverá estar no futuro "participarão"

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA SUJEITOS QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA "O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM BIBLIOTECAS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR"

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1367902.pdf	06/09/2019 22:48:17		Aceito
Outros	CARTA_DE_AUTORIZACAO_BIBLIOTECA.pdf	06/09/2019 22:47:12	VICTORIA DO VALLE RAMOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	06/09/2019 22:45:56	VICTORIA DO VALLE RAMOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	acessibilidade_e_cultura.pdf	06/09/2019 22:45:07	VICTORIA DO VALLE RAMOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	06/09/2019 22:44:34	VICTORIA DO VALLE RAMOS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	24/06/2019 17:20:21	VICTORIA DO VALLE RAMOS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	24/06/2019 16:51:49	VICTORIA DO VALLE RAMOS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



UFSCAR - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 3.593.189

SAO CARLOS, 23 de Setembro de 2019

---

**Assinado por:**  
**Priscilla Hortense**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

**CEP:** 13.565-905

**UF:** SP      **Município:** SAO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-9685

**E-mail:** [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br)

Página 04 de 04